

02-09-2015

SERVIÇOS JURÍDICOS

Empresas queixam-se das demoras na Justiça

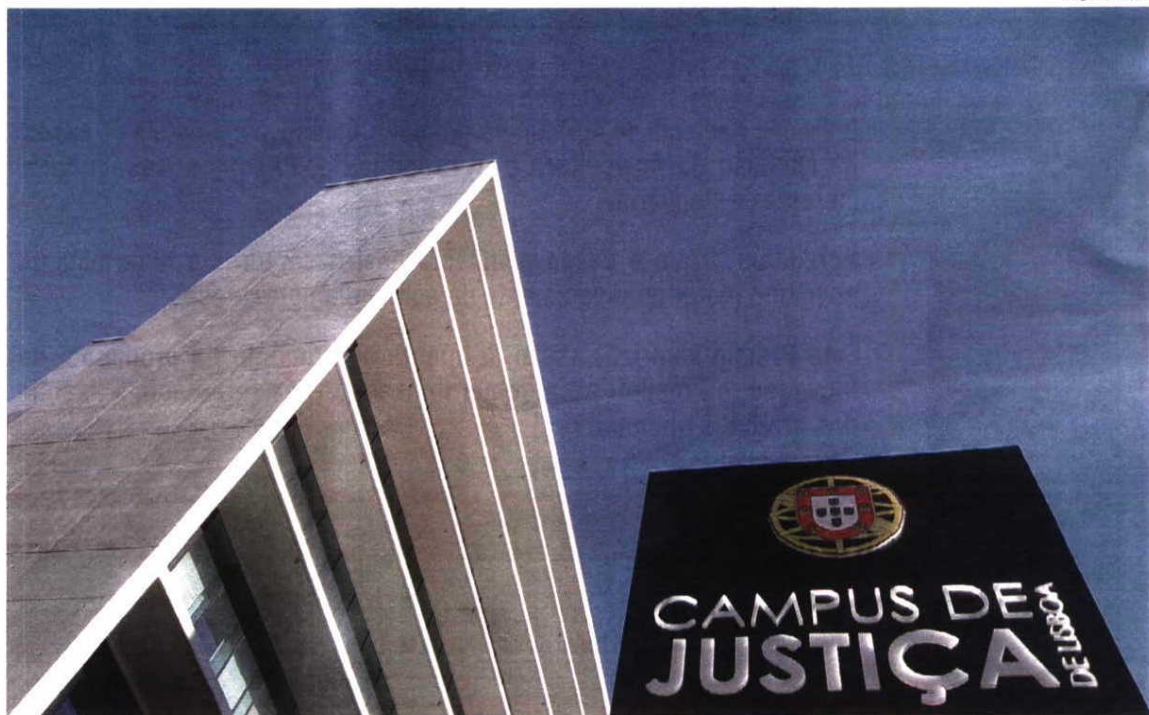
O problema vem de longe e continua a preocupar as empresas. Se a especialização que o novo mapa judiciário lhe trouxe há um ano notícias positivas, a questão de sempre, a da morosidade, está ainda longe de ter resposta cabal.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Um ano depois, o que dizem sobre o novo mapa judiciário os responsáveis das empresas aos advogados que os representam nos tribunais? Dizem bem da especialização que está subjacente à reforma, ao mesmo tempo que se queixam da morosidade na resolução dos casos que têm de resolver com recurso à Justiça.

Maria José Tavares, sócia da SRS, lembra que o bom funcionamento da Justiça “é fundamental para a confiança das transacções económicas”. Neste sentido, a advogada sublinha o factor positivo da instalação de jurisdições especializadas a nível nacional, considerando que permitem “benefícios inegáveis”.

A especialização, diz, permite que “os magistrados conheçam melhor a regulamentação e as especificidades de cada actividade económica, produzindo, por isso, decisões mais céleres e mais adequadas ao caso e, por isso,



Miguel Baltazar

Confiança no sistema de Justiça por parte dos empresários é afectada pela morosidade na resolução dos processos que chegam a tribunal.

tendencialmente mais bem aceites pelas empresas”.

Este é um aspecto com que João Tiago Morais Antunes, sócio da SLCM, está de acordo. Como lembra, a especialização permite uma maior qualidade nas decisões proferidas pelos juízes. No entanto, nem tudo funciona da melhor forma. O advogado lembra que nas comarcas onde existe maior pendência, em especial junto das grandes áreas metropolitanas, se continua a verificar “um congestionamento processual de tal forma elevado que impede que a Justiça se realize, em tempo útil, designadamente para as empresas”.

“No Tribunal de Comércio de Lisboa não é raro que apenas se

pratiquem actos nos denominados ‘processos urgentes’, como insolvências e providências cautelares, encontrando-se todos os restantes processos parados, sem que neles sejam praticados quaisquer actos materialmente relevantes. E note-se que estamos a falar de processos que podem ser de extrema importância para as empresas, como sucede, por exemplo, com as chamadas acções de impugnação de deliberações sociais”. Ou seja, insiste João Tiago Morais Antunes, com o mapa judiciário em vigor há um ano, “o maior problema do sistema de Justiça, o da sua morosidade, está ainda longe de ser resolvido”.

Na mesma linha de raciocínio, Ricardo Violante Teixeira,

advogado da ABBC, diz que na sociedade que representa não foi sentido da parte dos clientes “qualquer reforço na confiança que os mesmos depositam na Justiça em Portugal” com a reforma realizada. Pelo contrário, sublinha, “dependendo da zona do país em que as empresas estão implantadas, há um desconforto visível no facto de terem sido encerrados alguns dos tribunais locais a que sempre se habituaram, cuja redução a simples balcões de depósito de documentos transmite uma incontornável ideia de ineficácia dos serviços públicos”.

Sobre as alterações ao mapa judiciário, Nuno Libano Monteiro, sócio da PLMJ, admite que não lhe têm surgido reacções

específicas por parte dos clientes. Isto, “salvo o facto de nas contra-ordenações de natureza financeira os clientes sentirem algum incómodo por se terem de deslocar a Santarém”, onde funciona o único Tribunal da Concorrência.

O mesmo advogado enfatiza, contudo, que a justiça tem de ser vista como um conjunto. “A qualidade das decisões já existe, mas a tempestividade das mesmas só se conseguirá obter pela conjugação das reformas em curso e se tiver adesão por partes dos operadores judiciários. A reforma por decreto já está em curso, oxalá a reforma das mentalidades a acompanhe”, conclui Nuno Libano Monteiro. ■

A FAVOR | CONTRA

Vantagens e problemas do novo mapa

A especialização e a criação de novos modelos de gestão dos tribunais são vistos como aspectos positivos do novo mapa judiciário. Afectados contudo pela falta de meios humanos e pelo célebre "crash" do Cítilus.



APOSTA QUE FOI FEITA NA ESPECIALIZAÇÃO

A aposta na especialização, segundo os advogados inquiridos pelo Negócios, é um dos aspectos positivos. Permite que os magistrados conheçam melhor a regulamentação e as especificidades de cada actividade económica e que, por isso, produzam decisões mais céleres e mais adequadas a cada caso.

NOVOS MODELOS DE GESTÃO NOS TRIBUNAIS

A nova Lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais foi um bom contributo para a continuação da reforma do sistema judicial, dizem ainda os advogados, nomeadamente, além da especialização referida, pela aposta em novos modelos de gestão.



CONTINUAM A FALTAR MEIOS HUMANOS

A falta de meios humanos - seja ao nível das magistraturas, seja no campo da afluente escassez de funcionários judiciais - continua a ser um dos principais problemas a resolver, frisa o advogado Ricardo Violante Teixeira, secundando as críticas das associações que representam os diferentes operadores judiciais.

MOROSIDADE CAUSADA PELO "CRASH" DO CITIUS

Há uma razão de fundo para impedir que se faça um juízo avalizado ao primeiro ano de vigência do mapa judiciário: a paralisação do sistema Cítilus, que alberga as peças processuais. O problema estará ainda na origem de alguns dos problemas de falta de celeridade na tramitação dos processos.

Atrasos causados pelo Cítilus ainda não estão totalmente solucionados

Um ano depois da entrada em vigor da nova Lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais, que balanço é possível fazer? Para quem lida todos os dias com casos na Justiça, é ainda cedo para fazer um balanço. Isto porque a reforma do sistema foi em muito prejudicada pelo problema técnico que ocorreu com o sistema Cítilus. Alguns prestadores de serviços jurídicos a empresas ouvidos pelo Negócios admitem que o problema com os atrasos causados ainda não esteja totalmente absorvidos.

"Aquilo que se procura, na minha opinião, na administração da Justiça e, em particular, nos processos que envolvem a actividade económica é que sejam céleres", frisa o sócio da PLMJ Nuno Libano Monteiro.

Segundo adianta, "não se nota neste momento uma

aceleração no andamento dos processos", mas admite que "o lastro de atraso causado pelo Cítilus ainda não esteja totalmente absorvido, isto apesar de não se detectarem falhas relevantes da plataforma há já muitos meses".

Natália Garcia Alves, sócia da Abreu Advogados, também considera que para fazer um balanço é ainda cedo. Contudo, tal como nota, há conhecimento de que "a redistribuição dos processos pelos novos tribunais não foi feita nas melhores condições, foi morosa, provocando o atraso do seu andamento e, nalguns tribunais continua a existir um elevado número de processos por redistribuir".

Na opinião da advogada, este é, naturalmente, "um aspecto bastante negativo desta reforma que não teve as infra-estruturas de apoio necessárias e adequadas para

que operasse sem causar entropias no sistema".

Tanto mais que, como lembra João Tiago Morais Antunes, sócio da SLCM, o "crash" do Cítilus "apenas começou a ser resolvido, e em termos progressivos, a partir de meados do mês de Outubro de 2014, de modo que no início de 2015 o novo mapa judiciário era ainda uma realidade no papel em muitos tribunais situados ao longo do país".

Face ao exposto, Ricardo Violante Teixeira, da ABBC, diz que é impossível, "por agora, fazer qualquer balanço positivo da mesma, nomeadamente no que se refere ao novo mapa judiciário".

Apesar de tudo, sustenta o advogado advogado Martim Menezes, sócio da CCA, "o sistema de Justiça tem melhorado muito, estando os processos bem mais rápidos e notando-se uma reforma de



As alterações [com o novo mapa judiciário] foram estruturais e irão ainda demorar um pouco a consolidar, mas [...] em geral, os benefícios serão grandes.

MARTIM MENEZES
Advogado, sócio da CCA

mentalidades dos operadores judiciais essencial ao bom funcionamento da Justiça".

Segundo adianta, "as alterações foram estruturais e irão ainda demorar um pouco a consolidar, mas para as empresas, investidores e operadores judiciais, em geral, os benefícios serão grandes". ■



Na perspectiva das empresas, o maior problema do sistema de Justiça, o da sua morosidade, está longe de ser resolvido.



JOÃO MORAIS ANTUNES
Advogado, sócio da SLCM



Nalguns tribunais continua a existir um elevado número de processos por redistribuir.



NATÁLIA GARCIA ALVES
Advogada, sócia da Abreu



A entrada em vigor da lei de organização dos tribunais judiciais foi muito prejudicada pelo problema técnico que ocorreu com o Cítilus.



NUNO LIBANO MONTEIRO
Advogado, sócio da PLMJ



A nova Lei foi um bom contributo para a continuação da reforma do sistema judicial.



MARIA JOSÉ TAVARES
Advogada, sócia da SRS